Valor
R$ 5,00
(unitário)

Cidades & Minerais

cidadeseminerais.com.br

NOTÍCIAS DA MINERAÇÃO, DA SIDERURGIA E DOS MUNICÍPIOS

EDIÇÃO 19 - NOVEMBRO DE 2026



Expominério 2026: os protagonistas da mineração estão aqui

Encontro reúne empresas, especialistas e organizações que movimentam a cadeia mineral, apresentam soluções e apontam caminhos para o futuro do setor

PÁGINAS 4 E 5



FOTO: DIVULGAÇÃO

POLÍTICA MINERAL

Minerais críticos: Brasil define o valor estratégico de suas riquezas

Classificação dos recursos minerais estratégicos amplia o debate sobre política mineral, soberania e oportunidades para o país

PÁGINA 14



FOTO: DIVULGAÇÃO

MINERAÇÃO

Grupo de Dubai compra empresa que descobriu o maior diamante de Angola

Negócio dá ao AV Group 40% da mina de Lulo, de onde já saíram a pedra de 404 quilates e o maior diamante rosa em 300 anos

PÁGINA 10



IMAGEM ILUSTRATIVA GERADA POR IA

LOGÍSTICA

Frete marítimo mais caro e o peso da logística sobre a mineração

Alta dos custos de transporte pressiona a cadeia mineral, afeta a competitividade e amplia os desafios para as regiões produtoras

PÁGINA 15

Nesta edição

Editorial 2
Dra. Thaiany Abreu 3
Expominério 2026 4
Mining Drinks Itabira 6
Ecolabore 8
Moeda Nobre 9
AV Group e diamantes 10
Notas 11
S&S Transporte 12
Itabira 13
Brumadinho e minerais críticos 14
Caldeira e frete marítimo 15

Cidades_Minerais_ed19.indd 1 23/11/2026 15:21

EDITORIAL

Os 27 minerais críticos e estratégicos e as cidades que a lista ainda não enxerga

Por Dra. Mariana Santos

Toda lista oficial é também uma confissão de prioridades. Ao aprovar os 27 minerais que passam a orientar a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, o conselho nacional criado pela Lei nº 15.506 disse onde o país se sente forte e onde se sente exposto. A lista veio organizada em três classes, e a primeira reação, concentrada no fato de o nióbio ter ficado na de menor prioridade, mostra que ela pede uma leitura mais cuidadosa do que a de um ranking.

A chave dessa leitura está no decreto publicado na véspera. Mineral crítico é aquele de que a economia precisa e cuja oferta pode faltar; estratégico é aquele em que o Brasil tem reservas relevantes e capacidade de gerar riqueza, tecnologia e desenvolvimento regional. Na avaliação da fragilidade, o decreto passa a considerar também a água, os impactos socioambientais e os eventos climáticos, reconhecendo que um mineral pode faltar porque falta água no território, porque não há convivência possível com a comunidade vizinha ou porque uma chuva extrema paralisa a mina e a ferrovia.



FOTO: DIVULGAÇÃO

A classe, portanto, mede a exposição do país, e não a importância do mineral. Na primeira estão terras raras, grafita, lítio, níquel, cobalto, cobre, manganês, silício e urânio, a matéria das baterias, dos ímãs e dos cabos, em que o Brasil tem reservas, mas ainda entrega a outros o refino. Na segunda aparecem os metais das ligas especiais e os minerais dos fertilizantes. Na terceira, ao lado de outros sete, estão nióbio, ferro e ouro, cadeias em que o país conquistou posição há décadas, e por isso o nióbio aparece onde aparece.

É no território que a lista provoca a reflexão mais importante. Os instrumentos de apoio tendem a seguir a ordem das classes e a chegar primeiro ao lítio e às terras raras, enquanto as cidades do ferro, como Itabira, Conceição do Mato Dentro, Congonhas e todo o Quadrilátero Ferrífero, além de Araxá e dos municípios do ouro e da bauxita, ficam na classe do monitoramento. O país é forte nesses minerais, mas as cidades que os produzem continuam vulneráveis, porque dependem há gerações de uma única substância. A fragilidade também está do outro lado: o Vale do Jequitinhonha, com sua história de desigualdade e escassez de água, lembra que prioridade de fomento não significa, por si só, desenvolvimento para quem vive ali.

Uma lista, além disso, não financia uma mina. Sem crédito antes da produção, garantias e licenciamento previsível, ela corre o risco de virar um mapa bem desenhado de lugares onde nada acontece. A boa notícia é que a lei já atribui ao conselho a tarefa de orientar a diversificação econômica dos territórios afetados pela mineração e estimula a mineração urbana, em que o ferro reaparece como sucata e as terras raras, nos ímãs dos celulares descartados. Os municípios têm uma cadeira nesse conselho, espaço pequeno, mas suficiente para levar esse compromisso a cada revisão da lista.

Se a criticidade de um mineral passou a considerar a água, o clima e as comunidades, as próximas revisões podem considerar também a vulnerabilidade das cidades que dependem de cada substância. Nos territórios da terceira classe, a força do país e a fragilidade das cidades convivem no mesmo chão, e o verdadeiro teste dessa política será transformar a maturidade de uma mina no começo de outra economia, antes que ela se reduza a uma contagem regressiva.

Dra. Mariana Santos

Desenvolvimento econômico territorial, integrando estratégia empresarial, estrutura jurídica e diversificação econômica.

EXPEDIENTE

DIREÇÃO
Marcelo Eleto

COORDENAÇÃO DE IMPRESSOS
Ludmilla Oliveira

EDITOR
Sérgio Santiago

ESTAGIÁRIA
Isis Oliveira

REPORTAGEM
Raquel Luciano

DIAGRAMAÇÃO
Eficaz
Marketing Estratégico

IMPRESSÃO
Sempre Editora

CONTATO
JORNALISMO:
redacao@cidadeseminerais.com.br

COMERCIAL:
comercial@cidadeseminerais.com.br
(31) 98798-5580

ACESSE:
cidadeseminerais.com.br

CNPJ: 28.286.958/0001-00
Itabira/MG

DIREITO MINERÁRIO

Servidão minerária: quando a mineração precisa utilizar áreas de terceiros

Instrumento previsto na legislação brasileira permite viabilizar estruturas e operações essenciais à atividade mineral, mas estabelece direitos e garantias aos proprietários dos imóveis

Por Thaiany Cosmes Guimarães de Abreu

A atividade minerária nem sempre se desenvolve exclusivamente sobre terrenos pertencentes à empresa responsável pelo empreendimento. Em razão das características geológicas das jazidas e das necessidades operacionais de cada projeto, pode ser necessário utilizar áreas de terceiros para instalar estruturas, construir acessos ou implantar sistemas indispensáveis à pesquisa e à exploração mineral. É nesse contexto que se insere a servidão minerária, instrumento jurídico fundamental para compatibilizar o aproveitamento dos recursos minerais com o direito de propriedade.

A servidão minerária é um mecanismo previsto no Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967), especialmente em seus artigos 59 a 62, e regulamentado também pelo Decreto nº 9.406/2018. Sua finalidade é permitir que o titular de um direito minerário utilize determinada área, pertencente a terceiros, quando sua ocupação for necessária à viabilização das atividades de pesquisa ou lavra.

Na prática, a necessidade pode surgir em diferentes situações. Uma mineradora, por exemplo, pode precisar construir uma estrada de acesso à mina, instalar linhas de transmissão de energia, implantar sistemas de captação e condução de água ou estabelecer estruturas de apoio operacional. Também podem ser necessárias áreas destinadas à disposição de materiais estéreis e rejeitos, desde que observados os requisitos legais e ambientais aplicáveis.

O fundamento desse instituto está relacionado às particularidades da atividade mineral. Diferentemente de outros setores econômicos, a mineração depende da localização natural das jazidas, que não podem ser deslocadas para áreas mais convenientes. Assim, a viabilidade de um empreendimento pode exigir o uso de imóveis vizinhos ou de outras propriedades situadas em pontos estratégicos para sua operação.

O direito de minerar não elimina o direito de propriedade

É importante compreender que a existência de um título minerário não significa que a empresa tenha adquirido a propriedade do terreno onde pretende desenvolver suas atividades. No ordenamento jurídico brasileiro, os recursos minerais pertencem à União, enquanto a propriedade do solo permanece submetida ao regime jurídico próprio. São direitos distintos, que precisam coexistir de maneira juridicamente adequada.

Nesse cenário, a servidão minerária não representa uma autorização irrestrita para ocupar propriedades particulares. Sua instituição depende da demonstração da necessidade da área e do cumprimento das exigências legais. O uso deve estar vinculado à finalidade que o justifica, respeitando os limites da intervenção autorizada.

A legislação também assegura direitos ao proprietário do imóvel. O artigo 60 do Código de Mineração estabelece que a instituição da servidão deve ocorrer mediante indenização prévia pelo valor do terreno ocupado e pelos prejuízos decorrentes da ocupação. Além disso, deve ser considerada a renda pela utilização da área.

Quando não há acordo entre a empresa mineradora e o proprietário, a questão pode ser submetida ao Poder Judiciário. Nessa hipótese, a legislação prevê a realização de vistoria ou perícia para avaliar a indenização e a renda pela ocupação, além do depósito judicial dos valores arbitrados e, quando necessário, da imissão na posse da área.

Portanto, não se trata de um mecanismo que retira do proprietário todos os seus direitos, mas de um instrumento que estabelece condições para o uso de determinada parcela do imóvel em benefício de uma atividade de interesse público, com a correspondente proteção patrimonial.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Segurança jurídica e planejamento são fundamentais

A servidão minerária exige análise técnica e jurídica criteriosa. Para a empresa, é fundamental demonstrar a finalidade da ocupação, delimitar adequadamente a área pretendida e instruir os procedimentos perante a Agência Nacional de Mineração (ANM), observadas as exigências aplicáveis. A documentação deve apresentar, entre outros elementos, a justificativa da necessidade, as plantas da área e a identificação dos proprietários ou superficiários envolvidos.

O Decreto nº 9.406/2018 também prevê a possibilidade de o titular requerer à ANM a emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de instituição de servidão mineral ou desapropriação. Esse instrumento pode conferir maior respaldo à pretensão de utilização da área, especialmente em situações que demandam solução judicial.

É igualmente importante distinguir a servidão da desapropriação. Enquanto a primeira permite a utilização de uma área com restrições ao exercício da propriedade, a segunda envolve a transferência compulsória do imóvel, mediante os requisitos e a indenização previstos em lei. A escolha do instrumento depende da finalidade e da extensão da intervenção necessária.

Mais do que uma formalidade administrativa ou jurídica, a servidão minerária integra o planejamento dos empreendimentos minerais. Quando conduzida com transparência, fundamentação técnica e respeito aos direitos dos proprietários, contribui para reduzir conflitos, conferir previsibilidade às operações e proporcionar maior segurança jurídica a todos os envolvidos.

Em um setor no qual a infraestrutura e a localização são determinantes para a viabilidade dos projetos, compreender esse instituto é essencial tanto para as empresas mineradoras quanto para os proprietários de imóveis situados em áreas de interesse mineral.

Dra. Thaiany Cosmes Guimarães de Abreu

Advogada, sócia do escritório T. C. G. Abreu Advogados, sediado em Cuiabá (MT), especialista em Direito Minerário.

EVENTOS



FOTO: EXPOMINÉRIO/DIVULGAÇÃO

Lançamento da Expominério 2026: a quarta edição consolida Cuiabá como ponto de encontro da cadeia mineral

Expominério 2026: o futuro da mineração passa por aqui

Quarta edição consolida Cuiabá como ponto de encontro da cadeia mineral e amplia espaço para debates sobre inovação, sustentabilidade, competitividade e oportunidades de investimento

Com 127 empresas expositoras, 12 minicursos e uma programação que reúne representantes do setor produtivo, instituições públicas, pesquisadores e especialistas, a Expominério 2026 reforça a importância da integração entre os diferentes segmentos da mineração. O evento também abre espaço para discussões estratégicas sobre o futuro da atividade mineral no Brasil, da pesquisa geológica à comercialização, passando pela tecnologia, regularização e responsabilidade socioambiental.

A mineração ocupa posição estratégica na economia brasileira e está no centro de algumas das principais transformações econômicas, tecnológicas e ambientais do nosso tempo. Em um cenário que exige maior eficiência operacional, responsabilidade socioambiental, segurança jurídica e diversificação de mercados, a aproximação entre empresas, profissionais, instituições e centros de conhecimento ganha importância. É nesse contexto que a Expominério 2026 reúne, em Cuiabá, Mato Grosso, diferentes elos da cadeia produtiva mineral.

Em sua quarta edição, a exposição, congresso e rodada de negócios transforma o Centro de Eventos do Pantanal em um ambiente de integração e oportunidades. Realizada de 25 a 27 de novembro, a iniciativa reúne empresas, cooperativas, fornecedores de equipamentos e serviços, profissionais, pesquisadores e representantes do poder público em torno de uma agenda que combina exposição de tecnologias, capacitação técnica, debates especializados e articulação comercial.

A dimensão alcançada pelo evento ajuda a compreender sua relevância. Na edição de 2025, a Expominério registrou R$ 200 milhões em negócios, recebeu 10 mil visitantes e 4 mil congressistas, além de reunir 120 empresas expositoras. Foram 30 horas de palestras e oito minicursos. Os resultados estabeleceram uma referência para a expansão da feira e demonstram o potencial de um espaço dedicado à aproximação entre os diferentes participantes do mercado mineral.

Em 2026, a organização confirma a participação de 127 empresas expositoras e disponibiliza 180 espaços comerciais, que aparecem como vendidos no mapa oficial do evento. A programação de capacitação também avança, com a oferta de 12 minicursos. Os números reforçam a dimensão empresarial e técnica da Expominério, que se apresenta como uma plataforma de relacionamento, atualização profissional e desenvolvimento de negócios.

Uma agenda conectada aos desafios da mineração

Mais do que apresentar equipamentos, produtos e serviços, a Expominério coloca em discussão questões que influenciam diretamente a competitividade e a sustentabilidade da atividade mineral. A programação do congresso percorre temas que vão da formulação de políticas públicas e do potencial geológico brasileiro à rastreabilidade do ouro, à modernização dos processos produtivos e à abertura de mercados internacionais.

A discussão sobre política mineral ocupa lugar de destaque. O painel "Caminhos para uma política mineral de Estado" aborda a evolução geológica, o potencial econômico, os recursos minerais estratégicos e as oportunidades de investimento. A proposta reúne representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, do Serviço Geológico do Brasil e da Assembleia Legislativa estadual, em uma conversa mediada pelo professor Caiubi Kuhn, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo).

O desenvolvimento da mineração mato-grossense também recebe atenção especial. Em um



FOTO: EXPOMINÉRIO/DIVULGAÇÃO

estado que reúne oportunidades de pesquisa e exploração mineral, a discussão sobre cenários, tendências e perspectivas para os próximos anos aproxima o potencial geológico das condições necessárias para transformar ocorrências minerais em projetos economicamente viáveis. Outro painel trata da relação entre mineração e agronegócio, com foco na possibilidade de estruturar uma aliança estratégica entre duas atividades de grande importância para a economia regional.

A conexão com o mercado internacional aparece em outro eixo da programação. O acesso a compradores estrangeiros exige domínio de procedimentos de exportação, certificações, logística e conformidade aduaneira. Ao discutir esses aspectos, a Expominério amplia o debate para além da extração e do beneficiamento, contemplando também as etapas comerciais que determinam a inserção dos produtos minerais em cadeias globais.

EXPOMINÉRIO 2026

Ouro, rastreabilidade e responsabilidade socioambiental

A mineração de ouro, especialmente em pequena escala, está entre os assuntos de maior destaque desta edição. A agenda reúne especialistas nacionais e internacionais para discutir a regularização da atividade, a origem dos produtos, a melhoria dos processos de beneficiamento e a redução dos impactos ambientais.

Um dos pontos centrais é a rastreabilidade. A identificação da origem do ouro e a adoção de mecanismos capazes de comprovar sua procedência constituem questões importantes para a transparência das operações e para o acesso a mercados que exigem padrões cada vez mais rigorosos de conformidade. O tema aparece associado à busca por alternativas tecnológicas ao uso do mercúrio, substância que representa um dos principais desafios ambientais da mineração artesanal e de pequena escala.

A programação contempla representantes do Conselho Mundial do Ouro (World Gold Council), da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto Escolhas e de empresas especializadas. Também está prevista a apresentação do Plano de Ação Nacional para a Mineração Artesanal e de Pequena Escala de Ouro, elaborado pelo governo brasileiro no âmbito da Convenção de Minamata.

O debate não se limita às exigências ambientais. A organização também abre espaço para discutir como melhorar a eficiência da pequena e média mineração, desde a pesquisa mineral até o processamento. A modernização dos métodos de recuperação, a qualificação técnica e o acesso a soluções produtivas mais eficientes são elementos importantes para ampliar a competitividade e favorecer a formalização da atividade.

Outro painel aborda a responsabilidade socioambiental dos garimpos, com a participação de representantes de cooperativas, entidades do setor e organizações ligadas à agenda ambiental. A proposta é discutir os avanços alcançados, os desafios ainda existentes e as medidas necessárias para promover a evolução da atividade.

Tecnologia, transição energética e novas oportunidades

A transformação tecnológica da mineração também ganha espaço na programação. A mobilidade elétrica, a eficiência dos equipamentos, o aproveitamento de descartes e os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação integram a agenda de discussões.

A eletrificação de equipamentos e veículos utilizados nas operações minerais representa uma frente de modernização que pode contribuir para a eficiência energética e a redução das emissões. O tema será discutido sob a perspectiva dos desafios técnicos e das oportunidades para o setor.

A programação inclui ainda uma mesa-redonda sobre o aproveitamento de descartes da mineração e a relação entre a atividade mineral e a transição energética. São discussões que aproximam a indústria de soluções capazes de agregar valor aos materiais, aprimorar processos e responder às novas demandas da economia.

A pesquisa científica também ocupa espaço importante. Pesquisadores da UFMT e da Universidade Estadual Paulista (Unesp) participam de debates sobre investimentos em inovação, injeção de dióxido de carbono na litosfera e tecnologias relacionadas à gestão dos recursos naturais. A presença dessas instituições aproxima o ambiente empresarial da produção acadêmica e reforça a importância da pesquisa para o desenvolvimento de soluções aplicáveis à indústria.



FOTO: EXPOMINÉRIO/DIVULGAÇÃO

Gilson Camboim, embaixador da Expominério 2026, durante o evento de lançamento

A agenda contempla, ainda, recursos hídricos, águas subterrâneas, planejamento territorial e métodos geofísicos. A discussão sobre os principais aquíferos de Mato Grosso e a gestão das águas amplia a abordagem da feira para temas que dialogam com o planejamento das atividades produtivas e com a segurança ambiental dos territórios.

Outro aspecto relevante é a participação feminina na indústria mineral. O painel "Liderança que transforma a mineração" reúne profissionais da Aura Apoena e da organização Women in Mining para discutir protagonismo, desafios operacionais e perspectivas para a liderança feminina. A presença do tema evidencia a importância da diversidade e da ampliação de oportunidades no desenvolvimento profissional do setor.

Negócios e qualificação profissional

A dimensão comercial é um dos pilares da Expominério. Além do contato direto entre fornecedores, empresas mineradoras e profissionais, a feira promove uma rodada de negócios em parceria com o Sebrae, exclusiva para os expositores.

A iniciativa busca aproximar empresas, identificar demandas, apresentar produtos e serviços e estimular parcerias comerciais. A dinâmica favorece o contato entre potenciais compradores e fornecedores e cria condições para que os relacionamentos estabelecidos durante o evento se transformem em oportunidades concretas para a cadeia produtiva.

A qualificação técnica complementa essa proposta. Os 12 minicursos oferecidos nesta edição contemplam diferentes necessidades do mercado, com assuntos como direito minerário, rastreabilidade do ouro, geologia econômica, geometalurgia, licenciamento ambiental, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), contratos, operação e manutenção de máquinas pesadas e pesquisa mineral.

A diversidade dos conteúdos demonstra que o desenvolvimento da mineração depende de conhecimentos que ultrapassam a operação propriamente dita. Gestão, legislação, planejamento, engenharia, tecnologia e segurança jurídica também integram as competências necessárias para estruturar empreendimentos competitivos.

A feira em números

127
empresas expositoras

12
minicursos

180
espaços comerciais

R$ 200 mi
movimentados em 2025

FONTE: ORGANIZAÇÃO



FOTOS: EXPOMINÉRIO/DIVULGAÇÃO

Lançamento da edição 2026 e movimento da Expominério 2025







FOTOS: CIDADES & MINERAIS

EVENTOS

Mining Drinks aproxima lideranças e fortalece conexões da mineração em Itabira

Primeira edição do encontro na cidade reuniu mais de 100 participantes, entre representantes de mineradoras, empresários, fornecedores e autoridades públicas, em uma noite dedicada ao relacionamento e às oportunidades para o setor mineral

Itabira voltou a ocupar o centro de uma conversa que, há mais de um século, influencia os rumos da mineração brasileira. Na noite de 28 de outubro, a cidade recebeu a primeira edição local do Mining Drinks, encontro promovido pelo Cidades & Minerais que reuniu mais de 100 participantes no Espaço Ayres. Empresários, executivos, representantes de mineradoras, fornecedores, autoridades públicas e lideranças regionais compartilharam o mesmo ambiente em uma iniciativa voltada à aproximação dos diferentes agentes da cadeia mineral.

A realização marcou a chegada a Itabira de uma iniciativa que, há quatro anos, movimenta o setor em Belo Horizonte, em parceria com o Instituto Minério. Conhecido pelo formato descontraído de *happy hour*, o Mining Drinks combina relacionamento profissional, troca de experiências e oportunidades de negócios. Em sua primeira edição na cidade, o encontro ampliou esse propósito e trouxe para o território uma discussão especialmente relevante: como fortalecer a mineração e fazer com que uma parcela cada vez maior das oportunidades geradas pela atividade permaneça nas regiões produtoras.

A escolha de Itabira não foi casual. Berço da Vale, fundada em 1942, o município ocupa posição histórica na mineração nacional e representa um dos principais territórios de produção de minério de ferro do país. Sua trajetória, porém, também evidencia uma característica da indústria mineral: embora as operações estejam instaladas nos municípios mineradores, muitas das decisões estratégicas, dos investimentos e das articulações comerciais acontecem em outros centros econômicos.

Levar o Mining Drinks para Itabira significa, nesse contexto, aproximar empresas, lideranças e profissionais que participam diretamente dessa dinâmica. A proposta é estimular conexões capazes de fortalecer o ambiente de negócios, ampliar o diálogo entre o setor privado e o poder público e abrir caminhos para novas oportunidades na economia regional.

Conexões que podem gerar oportunidades

A presença de representantes de diferentes segmentos da mineração foi um dos pontos altos do encontro. O evento contou com a participação dos prefeitos de Itabira, Marco Antônio Lage; de Conceição do Mato Dentro, Otacilinho; e de São Gonçalo do Rio Abaixo, Nozinho, além do secretário municipal Gabriel Quintão. Representantes da Vale e de outras empresas também estiveram presentes.

A participação de lideranças de três municípios mineradores reforçou a dimensão regional da iniciativa. Embora cada cidade tenha suas particularidades, todas compartilham desafios relacionados à atividade mineral, como a geração de empregos, a diversificação econômica, a qualificação profissional, a atração de investimentos e o fortalecimento das empresas locais.

Nesse cenário, a aproximação entre mineradoras e fornecedores ganha importância estratégica. A cadeia mineral envolve uma extensa rede de atividades, que vai da engenharia e da geologia à manutenção industrial, transporte, tecnologia, consultoria, segurança, alimentação e prestação de serviços especializados. São empresas que, muitas vezes, encontram na mineração seu principal mercado e que dependem de relacionamento, qualificação e capacidade de inovação para ampliar sua participação.

O encontro proporcionou justamente esse ambiente de aproximação. Em vez de uma programação extensa de palestras, o formato privilegiou conversas diretas e a construção de relacionamentos. A proposta é que contatos estabelecidos em uma noite possam se transformar em parcerias, contratos, projetos e iniciativas capazes de movimentar a economia regional.

Para os municípios produtores, esse movimento representa uma oportunidade de ampliar a participação das empresas locais na cadeia de fornecimento e estimular a circulação de riqueza no próprio território. A mineração continuará dependente dos mercados internacionais e de decisões tomadas em escala global, mas o fortalecimento de fornecedores, serviços e negócios regionais pode contribuir para que seus efeitos econômicos sejam mais amplos e duradouros.

Diálogo entre municípios e setor produtivo

A programação também abriu espaço para reflexões sobre o futuro das cidades mineradoras. O prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo, Nozinho, chamou a atenção para a finitude dos recursos minerais e a necessidade de preparar os municípios para o período posterior à mineração. Educação, infraestrutura e qualidade de vida, segundo ele, precisam estar entre as prioridades de quem administra cidades dependentes da atividade.

O prefeito de Conceição do Mato Dentro, Otacilinho, destacou a importância do planejamento de longo prazo e da diversificação econômica. O município, que vive uma fase mais recente de sua trajetória na mineração em grande escala, busca ampliar investimentos em educação, tecnologia e desenvolvimento rural.

O prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage, ressaltou a importância de agregar valor aos recursos minerais produzidos no país. Para ele, a industrialização e o beneficiamento nos próprios territórios podem representar uma nova etapa para a mineração brasileira.

A reflexão também apareceu nas manifestações de representantes empresariais. Diogo Monteiro, gerente-geral do Complexo Itabira da Vale, destacou os investimentos em tecnologia e inovação para enfrentar os desafios da mineração em jazidas com teores de ferro progressivamente menores. Já representantes de empresas fornecedoras ressaltaram a importância da segurança operacional, da valorização dos trabalhadores e das parcerias construídas ao longo de décadas de atuação no setor.



Mining Drinks Itabira





FOTO: DIVULGAÇÃO

EVENTOS

Projeto Monte Sinai: terras raras no horizonte da mineração

Patrocinador master do encontro, o projeto do Grupo Transcap pesquisa terras raras em seis áreas autorizadas pela ANM

O Mining Drinks Itabira teve como patrocinador master o Projeto Monte Sinai, iniciativa do Grupo Transcap voltada à pesquisa de terras raras e minerais críticos. A participação do empreendimento conferiu ao encontro uma conexão direta com uma das agendas mais estratégicas da indústria mineral mundial: a busca por matérias-primas essenciais para novas tecnologias e para a transição energética.

As terras raras formam um grupo de 17 elementos químicos utilizados em diversas aplicações industriais. Sua importância está associada, principalmente, às propriedades magnéticas, ópticas e eletrônicas que apresentam. Esses elementos são fundamentais para a fabricação de ímãs permanentes de alto desempenho, empregados em motores de veículos elétricos, geradores de turbinas eólicas, equipamentos eletrônicos e outras tecnologias avançadas.

O interesse internacional por esses minerais cresceu diante da expansão dessas indústrias e da concentração de etapas importantes de sua cadeia de produção em poucos países. Nesse cenário, o Brasil reúne condições geológicas para ampliar sua participação no mercado, mas ainda precisa avançar em pesquisa, processamento, tecnologia e industrialização.

O Projeto Monte Sinai obteve da Agência Nacional de Mineração (ANM) autorizações de pesquisa para seis áreas próprias do Grupo Transcap. Cinco delas estão localizadas em Capinópolis, no Triângulo Mineiro, e uma em Santa Cruz do Xingu, em Mato Grosso. A iniciativa está na fase de pesquisa mineral, etapa destinada a investigar as características geológicas das áreas e avaliar seu potencial econômico.

O grupo também busca aproximação com instituições de pesquisa e desenvolvimento, entre elas o Serviço Geológico do Brasil (SGB), a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A proposta envolve cooperação técnica, desenvolvimento de conhecimento e geração de valor no país.

Representado por Paulo Roberto Nascimento Filho, o Grupo Transcap possui mais de cinco décadas de atuação nos segmentos de agronegócio e logística. O apoio ao Mining Drinks aproxima essa trajetória empresarial de uma nova fronteira de oportunidades da indústria mineral brasileira.

Reconhecimento e novas conexões

Além das conversas e do relacionamento empresarial, a programação contou com homenagens a pessoas e instituições que contribuem para o desenvolvimento da mineração e dos municípios produtores. Os homenageados receberam um troféu artesanal produzido com uma pedra de hematita fincada no ferro, referência à identidade mineral da região.

A noite também foi marcada pelo anúncio de uma parceria entre o Cidades & Minerais e o Brasil Mining Invest, iniciativa voltada à conexão entre projetos minerais e investidores nacionais e internacionais. A aproximação amplia as possibilidades de relacionamento do veículo com o ambiente de negócios e com empreendimentos de diferentes segmentos da mineração.

A primeira edição em Itabira encerrou uma noite de encontros e perspectivas para o setor. Mais do que reunir representantes de empresas e instituições, o Mining Drinks procurou fortalecer uma rede de relacionamento em torno de uma atividade que influencia diretamente a economia de dezenas de municípios mineiros.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Paulo Roberto do Nascimento Filho, CEO do Grupo Transcap, lidera o Projeto Monte Sinai.

INFORME PUBLICITÁRIO

Conteúdo produzido em parceria com Ecolabore Engenharia



FOTO: DIVULGAÇÃO

Os sócios André Milânio, Ivanir Américo e Luiz Felipe Gomes

Do licenciamento à operação: o papel da engenharia ambiental na gestão de aterros sanitários

Experiência da Ecolabore Engenharia em Itabira e no Consórcio Regional de Saneamento Básico mostra como conhecimento técnico e planejamento podem transformar desafios ambientais em soluções para municípios e empresas

A destinação adequada dos resíduos sólidos é um dos grandes desafios da gestão ambiental no Brasil. Por trás de um aterro sanitário em funcionamento existe uma estrutura que exige muito mais do que espaço físico e equipamentos: são necessários estudos técnicos, projetos de engenharia, licenciamento ambiental, monitoramento e atendimento contínuo às exigências legais. É nesse contexto que a consultoria especializada assume papel estratégico.

Com sede em Itabira e atuação em diferentes regiões de Minas Gerais, a Ecolabore Engenharia reúne experiências importantes nesse segmento. Entre os trabalhos de destaque está a atuação no licenciamento ambiental do aterro sanitário de Itabira, um empreendimento essencial à infraestrutura de saneamento do município. Outro case relevante é a regularização ambiental do Consórcio Regional de Saneamento Básico (Corsab), que reúne municípios do Médio Piracicaba.

No caso do Corsab, o desafio era expressivo. O consórcio permaneceu por mais de uma década sem conseguir obter a licença ambiental de seu empreendimento, mesmo após tentativas anteriores de regularização. A Ecolabore assumiu a condução técnica do processo e conseguiu levá-lo à conclusão, contribuindo para a regularização de uma estrutura que atende a uma demanda regional de destinação de resíduos.

Conhecimento técnico para superar desafios

O trabalho em empreendimentos dessa natureza começa muito antes da emissão de uma licença. É necessário compreender as características da área, avaliar possíveis impactos, desenvolver estudos ambientais, atender às exigências dos órgãos competentes e demonstrar que a atividade pode operar dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação.

"Cada empreendimento apresenta particularidades e desafios próprios. Nosso trabalho consiste em compreender essas condições, identificar os caminhos técnicos e legais possíveis e construir soluções que atendam às exigências ambientais sem perder de vista a viabilidade do projeto", afirma André Milânio, sócio-diretor da Ecolabore.

Para Ivanir Américo, também sócio-diretor, a regularização ambiental precisa ser compreendida como parte de uma gestão permanente, e não apenas como uma etapa burocrática. "A licença é uma condição fundamental, mas a responsabilidade não termina com sua obtenção. É preciso manter o acompanhamento das condicionantes, executar os programas ambientais e assegurar que as atividades permaneçam em conformidade. Isso representa proteção ambiental, segurança jurídica e maior previsibilidade para quem administra o empreendimento", destaca.

Engenharia, planejamento e sustentabilidade

A complexidade dos aterros sanitários também exige integração entre diferentes áreas da engenharia. A avaliação das condições do terreno, a infraestrutura necessária, os sistemas de drenagem, a impermeabilização e o controle dos resíduos fazem parte de uma estrutura que precisa funcionar de maneira coordenada.

Na avaliação de Luiz Felipe Gomes, sócio-diretor da empresa, a qualidade dos projetos e do planejamento técnico influencia diretamente a eficiência e a sustentabilidade dos empreendimentos. "Uma solução ambiental precisa ser tecnicamente consistente e considerar todo o ciclo de vida da atividade. Quando engenharia, planejamento e regularização caminham juntos, é possível reduzir riscos, antecipar problemas e construir empreendimentos mais seguros e eficientes", ressalta.

A atuação da Ecolabore acompanha uma transformação importante na gestão de resíduos: a necessidade de superar soluções improvisadas e avançar para modelos estruturados, com responsabilidade compartilhada, planejamento regional e atendimento às normas ambientais.

Com uma década de trajetória, a empresa mantém sua atuação nas áreas de Meio Ambiente, Mineração, Projetos e Saúde e Segurança do Trabalho. Os projetos de aterros sanitários ilustram uma de suas frentes de trabalho e reforçam a importância da engenharia especializada para conciliar desenvolvimento, conformidade legal e proteção dos recursos naturais.

Ecolabore Engenharia

Unidade Itabira
Av. Mauro Ribeiro, 444D, Sala 102
Esplanada da Estação
Telefone: (31) 3835-5926
E-mail: adm@ecolaboreengenharia.com.br

Unidade Belo Horizonte
Av. Augusto de Lima, 1568
Salas 1113 e 1114 - Barro Preto
Telefone: (31) 3047-0685

Ecolabore Ocupacional - Unidade Itabira
Telefone: (31) 3066-3285
E-mail: ocupacional@ecolaboreengenharia.com.br

Moeda Nobre transforma benefícios em estímulo à economia local

Plataforma digital da TribeX permite que prefeituras e empresas distribuam benefícios com regras específicas de utilização, movimentando o comércio local e ampliando o alcance de programas sociais, educacionais e de desenvolvimento econômico



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Os três sócios da Moeda Nobre, da esquerda para a direita: Marcos Calmon, Túlio Iannini e Romer Souza

Fazer com que os recursos destinados a benefícios sociais e corporativos permaneçam circulando na economia local. Essa é a proposta da Moeda Nobre, plataforma digital desenvolvida pela TribeX, startup brasileira de tecnologia criada em Belo Horizonte (MG). A solução permite que prefeituras e empresas distribuam créditos aos beneficiários, com regras de utilização definidas previamente e pagamentos realizados diretamente nos estabelecimentos credenciados.

Embora utilize o conceito de moeda social, a Moeda Nobre não é uma criptomoeda nem uma nova moeda de circulação livre. Os valores são denominados em reais, permanecem em conta vinculada ao responsável pelo programa e são disponibilizados digitalmente aos beneficiários. A principal diferença em relação ao pagamento convencional está na possibilidade de estabelecer onde, como e em quais categorias o recurso poderá ser utilizado.

Na prática, a plataforma funciona como uma infraestrutura de distribuição de benefícios. A prefeitura ou empresa define o público atendido, os valores, a periodicidade dos pagamentos e as condições de utilização. O beneficiário recebe o crédito pelo aplicativo, sem necessidade de cartão físico ou conta bancária, e realiza as compras por meio de QR Code nos estabelecimentos credenciados.

O sistema também permite estabelecer limites por transação, prazos de validade e restrições de uso. Dessa forma, um auxílio destinado à alimentação, por exemplo, pode ser utilizado exclusivamente em estabelecimentos do setor alimentício. O mesmo princípio vale para farmácias, revendedores de gás, papelarias e outros segmentos.

Uma plataforma, diferentes programas

A versatilidade é um dos principais diferenciais da Moeda Nobre. Em vez de exigir um sistema específico para cada benefício, a tecnologia permite reunir diferentes programas em uma única plataforma, mantendo carteiras, regras e controles independentes.

Na assistência social, a solução pode atender benefícios eventuais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como auxílios por natalidade, funeral, vulnerabilidade temporária e situações de calamidade. Também permite estruturar programas de auxílio-alimentação e auxílio-gás, substituindo, quando adequado, a distribuição física de cestas básicas e outros produtos por créditos digitais.

Na educação, podem ser implementados programas de material escolar, uniformes e bolsas para estudantes, inclusive com mecanismos de acompanhamento de frequência. Na saúde, a plataforma contempla iniciativas voltadas à primeira infância, com apoio a gestantes e famílias com crianças de até seis anos, associado a condições como o acompanhamento pré-natal.

Outras possibilidades incluem auxílio-moradia e aluguel, com pagamentos vinculados a locadores cadastrados; incentivos ambientais, como a troca de materiais recicláveis e óleo usado por créditos; e programas de fomento a empreendedores, artesãos e pequenos negócios.

A ferramenta também pode apoiar ações de inclusão produtiva, qualificação profissional, incentivo à cultura, gastronomia e turismo. No setor privado, empresas podem utilizar a plataforma para conceder benefícios aos colaboradores, como alimentação, refeição, auxílio-gás, material escolar e apoio emergencial, além de financiar ações sociais e estimular fornecedores locais.

Controle e agilidade na distribuição

Para os gestores, a plataforma oferece um painel de acompanhamento com informações sobre beneficiários, valores distribuídos, utilização dos créditos e estabelecimentos participantes. Cada emissão e pagamento gera um registro digital, permitindo consultar e exportar dados para controle e prestação de contas.

O dinheiro permanece em conta vinculada em nome da prefeitura, empresa pública ou organização responsável pelo pagamento, em instituição financeira parceira. A TribeX administra a tecnologia, sem assumir a custódia dos recursos.

Outro aspecto é a agilidade na liquidação. Segundo a empresa, o comerciante credenciado pode solicitar o resgate dos valores e receber no mesmo dia útil, desde que a solicitação seja feita até as 17h. O credenciamento é realizado pela internet, sem necessidade de maquininha ou equipamento específico.

O modelo comercial também prevê ausência de custos para quem concede o benefício. A remuneração da plataforma ocorre por meio de uma tarifa única de 3,6% sobre as vendas, paga pelo estabelecimento credenciado.

Ao direcionar os benefícios para uma rede de estabelecimentos locais, a Moeda Nobre busca estimular um ciclo de movimentação econômica que envolve consumidores, comerciantes, fornecedores e trabalhadores. A proposta da TribeX é fazer com que recursos já destinados a programas sociais e corporativos produzam efeitos que ultrapassem o atendimento imediato ao beneficiário, contribuindo também para fortalecer os negócios e a atividade econômica dos municípios.

Conheça a plataforma

A TribeX disponibiliza demonstrações da Moeda Nobre para prefeituras, empresas e demais interessados. As apresentações incluem o funcionamento do aplicativo, o painel de gestão, a estrutura financeira e as possibilidades de implantação dos programas.

Moeda Nobre

Mais informações: www.tribex.com.br
Agendamento de demonstração:
www.moedanobre.com/agendar-demonstracao

Contato: contato@tribex.com.br
(31) 98893-0702 Túlio Iannini
(31) 99996-4946 Romer Souza

MINERAÇÃO



FOTO: AV GROUP/DIVULGAÇÃO

Diamantes da mina de Lulo e Ashish Vijay, presidente do AV Group

EM NÚMEROS

Os diamantes que deram fama ao Lulo

404,2
quilates, em 2016. Maior diamante com registro público em Angola; pesa cerca de 81 gramas

235
quilates, em 2023. Segundo maior diamante do Lulo na época da descoberta

227
quilates, em 2017. Segundo maior diamante registrado em Angola na época da descoberta

170
quilates, em 2022. Considerado o maior diamante rosa em 300 anos

FONTE: AV GROUP

AV Group, de Dubai, compra empresa que descobriu o maior diamante de Angola

Aquisição da Lucapa Diamond Company dá ao grupo 40% da mina angolana de Lulo, que já produziu mais de 49 diamantes com mais de 100 quilates

Da Redação

O AV Group, com sede em Dubai, adquiriu a australiana Lucapa Diamond Company, dona de 40% da mina aluvial de Lulo, em Angola, uma das maiores fontes de diamantes gigantes do mundo. A mina de Lulo produziu a "Pedra de 4 de Fevereiro", de 404,2 quilates, o maior diamante com registro público em Angola, e o "Lulo Rose", de 170 quilates, considerado o maior diamante rosa encontrado em 300 anos. Desde o início da produção comercial, em 2015, a mina entregou mais de 49 diamantes acima de 100 quilates, cerca de um a cada três meses.

O negócio, realizado por meio da AV Globale, inclui ainda o Projeto Merlin Diamond, controlado integralmente pela Lucapa, no Território do Norte, na Austrália. O Merlin produziu, em 2002, um diamante branco de 104,73 quilates, ainda hoje o maior encontrado na Austrália.

A aquisição surge dias antes de Angola comemorar 51 anos de independência, em 11 de novembro, e 78 anos depois de o AV Group nascer como negócio de pedras preciosas em Nova Deli.

A mina de Lulo fica a mais de 600 quilômetros a leste de Luanda, na província da Lunda Norte, numa concessão de 3.000 quilômetros quadrados. Além das pedras mencionadas, já produziu diamantes amarelos raros e pedras de tipo IIa de qualidade superior, a categoria de diamantes naturais quimicamente mais pura.

As maiores descobertas podem estar por vir. Em maio de 2024, a prospecção identificou mais de 140 kimberlitos na concessão. Os pipes de kimberlito são a rocha vulcânica que transporta os diamantes das profundezas da Terra à superfície, e a origem das pedras aluviais de Lulo ainda não foi encontrada.

Ashish Vijay, presidente do AV Group, afirmou: "Lulo é um dos raros locais do mundo onde um diamante de 100 quilates não é um acontecimento único na vida. Deu ao mundo o maior diamante da história de Angola e o diamante rosa mais importante dos últimos três séculos. Acreditamos que as maiores descobertas ainda estão no subsolo".

"Meu avô começou este negócio em Nova Deli, em 1948, comercializando pedras preciosas. Quatro gerações depois, vamos à origem. Chegamos a Angola como parceiros de longo prazo, na semana em que o país celebra 51 anos de independência, e estamos empenhados em criar valor tanto para o povo angolano quanto para o Grupo", disse Ashish Vijay.

O recordista da Austrália e o que esconde

O Merlin fica a cerca de 720 quilômetros a sudeste de Darwin e já rendeu cerca de 500.000 quilates. A pedra recorde, de 104,73 quilates, encontrada em março de 2002, foi batizada Jungiila Bunajina pelos proprietários tradicionais.

O projeto pode esconder mais do que diamantes. O primeiro levantamento geofísico do local em 25 anos, um estudo eletromagnético aéreo divulgado em 2025, identificou dois grandes alvos de metais de base e mais 16 potenciais alvos de kimberlito. O Merlin fica a cerca de 50 quilômetros da mina de zinco e chumbo de McArthur River. A perfuração dos alvos de metais de base começa em breve.

Quatro gerações de colecionadores das pedras mais raras do mundo

Ashish Vijay é diretor da International Colored Gemstone Association, membro do Forbes Business Council e figura na lista "The 100" da Entrepreneur Middle East. Já teve algumas das pedras mais raras do mundo, entre elas o "AV Rose", diamante "fancy" vermelho-arroxeado de 1,05 quilate, exibido numa turnê mundial em 2023, e o "Scarlet Chakra", diamante "fancy" vermelho de 1,01 quilate. O vermelho é a cor mais rara dos diamantes.

A AV Globale é membro do World Diamond Council e já realizou leilões e concursos de diamantes, pedras coloridas e alta joalheria no valor de mais de 100 milhões de dólares.

Retribuir

Por meio da Gems of Hope, da Fundação Bliss, o AV Group destina as receitas das pedras preciosas à pesquisa sobre o câncer e ao apoio a pacientes. O Grupo afirma que trabalhará com parceiros e partes interessadas angolanos para apoiar o desenvolvimento sustentável do país a longo prazo.

Notas

Robô com inteligência artificial testa mineração no fundo do mar

Uma notícia da Reuters publicada em novembro merece acompanhamento por sua conexão com mineração e minerais críticos.

A empresa Impossible Metals informou que testou um robô autônomo equipado com inteligência artificial em uma expedição científica no Pacífico, a mais de 4 mil metros de profundidade.

O equipamento utilizou uma garra para recolher cerca de 450 gramas de nódulos polimetálicos, que contêm cobre, níquel e outros minerais importantes para baterias e equipamentos eletrônicos.

A empresa afirma que o sistema usa IA para identificar organismos marinhos e evitar sua captura durante a coleta dos nódulos.

O que isso representa

A tecnologia pode abrir caminho para formas diferentes de extração mineral em águas profundas, em vez dos métodos que recolhem grandes volumes do fundo oceânico por sucção.

Mas ainda não é mineração comercial

O teste foi de pequena escala, a empresa pretende desenvolver um robô maior e ainda precisa de autorização regulatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos ou do governo dos Estados Unidos.

Anglo American investe US$ 300 milhões em tecnologia no Minas-Rio

A Anglo American está investindo US$ 300 milhões em um projeto de flotação no complexo Minas-Rio, em Minas Gerais. O aporte integra um plano de investimentos de US$ 603 milhões na operação, que contempla melhorias tecnológicas e aumento da eficiência do processamento mineral.

O projeto reforça a importância da modernização das plantas industriais para elevar a produtividade, otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e fortalecer a competitividade do minério brasileiro no mercado internacional.

O Minas-Rio é um dos principais empreendimentos de minério de ferro do país, com operação integrada entre mina, mineroduto e terminal portuário.

Minas Gerais recebe R$ 234 milhões para pesquisa mineral

Os investimentos em pesquisa mineral em Minas Gerais alcançaram R$ 234,3 milhões em 2025, envolvendo 18 substâncias minerais consideradas críticas ou estratégicas. O minério de ferro liderou os aportes, com R$ 90,1 milhões, seguido pelo ouro, com R$ 47,4 milhões, pelo lítio, com R$ 42,2 milhões, e pelas terras raras, com R$ 14,3 milhões.

Os números demonstram a diversidade do potencial geológico mineiro e a continuidade dos investimentos na identificação de novas reservas. A pesquisa mineral representa uma etapa fundamental para a renovação das operações existentes e o desenvolvimento de futuros empreendimentos.

Serra Verde inicia exportações comerciais de terras raras para os Estados Unidos

A mineradora Serra Verde iniciou, em outubro, os primeiros embarques comerciais de terras raras produzidas em Goiás para os Estados Unidos. As vendas foram registradas em novembro, após a formalização de um acordo de fornecimento com duração de 15 anos.

A empresa produz carbonato misto de terras raras, matéria-prima que passa por etapas posteriores de separação e processamento industrial.

O empreendimento ganha importância em um cenário de disputa internacional pelo fornecimento desses minerais, essenciais para a fabricação de ímãs permanentes utilizados em veículos elétricos, turbinas eólicas, equipamentos eletrônicos e aplicações de defesa. A companhia também trabalha em um plano de expansão para elevar sua produção.

Gerdau enfrenta novos atrasos em projeto de R$ 3,2 bilhões em Minas

O projeto de expansão da mineração da Gerdau em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, voltou ao centro das atenções após novos adiamentos no cronograma.

Com investimentos previstos de R$ 3,2 bilhões, o empreendimento deverá acrescentar 5,5 milhões de toneladas anuais à capacidade de produção de *pellet feed*, insumo utilizado na fabricação de pelotas de minério de ferro.

A estrutura está na fase final de testes integrados, e a previsão mais recente aponta para o início das operações no quarto trimestre de 2026. O projeto é estratégico para ampliar o abastecimento de minério de ferro da usina siderúrgica de Ouro Branco e reduzir a dependência de fornecedores externos.

Tecnologia transforma resíduo de bauxita em ferro de baixo carbono

Uma iniciativa industrial em Barcarena (PA) busca transformar um dos principais resíduos da indústria do alumínio em matéria-prima para a siderurgia. A empresa New Wave está implantando uma planta que utiliza tecnologia de micro-ondas para recuperar ferro a partir do resíduo da bauxita, também conhecido como lama vermelha.

O projeto prevê a produção de ferro de alta pureza e de um coproduto com potencial de utilização na construção civil.

A tecnologia chama atenção pelo potencial de combinar economia circular, aproveitamento de materiais anteriormente descartados e redução da pegada de carbono. A iniciativa também evidencia oportunidades de integração entre diferentes segmentos da indústria mineral e metalúrgica.



INFORME PUBLICITÁRIO
Conteúdo produzido em parceria com S&S Transporte Expresso

Além das estradas: S&S Transporte Expresso integra logística, mineração e sustentabilidade

Empresa de Conceição do Mato Dentro construiu sua trajetória a partir das demandas do setor mineral, ampliou sua atuação para diferentes segmentos e incorpora a responsabilidade socioambiental à estratégia de negócios



FOTO: DIVULGAÇÃO

Giselle Scucato e Robson Santos, fundadores da S&S Transporte Expresso

A mineração movimenta grandes estruturas industriais, mobiliza fornecedores e exige uma cadeia de serviços capaz de acompanhar o ritmo de suas operações. Entre os segmentos fundamentais para esse funcionamento está o transporte de cargas e encomendas, atividade que demanda agilidade, segurança e confiabilidade. Foi nesse ambiente que nasceu, em 2011, a S&S Transporte Expresso, em Conceição do Mato Dentro (MG). Quinze anos depois, a empresa ampliou sua presença no mercado, diversificou os serviços e mantém a mineração entre os principais eixos de sua atuação.

Fundada por Robson Santos e Giselle Scucato, a S&S identificou, ainda durante a implantação dos primeiros projetos minerários da região, uma oportunidade para atender às necessidades logísticas de um setor em expansão. A empresa iniciou suas atividades com foco no transporte expresso para mineradoras e, a partir da experiência adquirida, conquistou novos clientes e ampliou gradualmente sua área de atendimento.

"Desde o início, entendemos que a mineração precisava de parceiros logísticos capazes de oferecer respostas rápidas, segurança e compromisso com os prazos. Construímos nossa trajetória a partir dessa necessidade, com muito trabalho e proximidade com os clientes. Ao longo dos anos, essa experiência nos permitiu ampliar nossa atuação e desenvolver soluções para diferentes mercados", destaca Robson Santos.

A evolução dos negócios levou à expansão para outras regiões de Minas Gerais e ao atendimento de demandas em âmbito nacional. Além das operações voltadas às mineradoras e suas empresas contratadas, a S&S oferece transporte de cargas fracionadas, encomendas e mudanças residenciais e comerciais. A carteira diversificada permite atender tanto empresas quanto pessoas físicas, com soluções adequadas ao porte e às características de cada transporte.

Estrutura, segurança e eficiência

A operação conta com matriz em Conceição do Mato Dentro e filial em Contagem, além de rotas regulares que conectam municípios como Belo Horizonte, Lagoa Santa, Morro do Pilar, Dom Joaquim, Serro, Congonhas e Ouro Branco. A estrutura inclui frota diversificada, com veículos destinados a diferentes volumes e necessidades de transporte.

A empresa informa ter realizado mais de 84 mil entregas e atendido mais de 25 mil clientes ao longo de sua trajetória. A segurança das operações também integra sua proposta de valor: as entregas contam com cobertura de seguro pela Allianz, enquanto os profissionais recebem treinamento em direção defensiva e manejo adequado de cargas e encomendas.

"Nosso trabalho não termina quando a carga sai da origem. Existe uma responsabilidade com todo o percurso, com a integridade do material e, principalmente, com a confiança de quem contrata. Por isso, investimos na estrutura, na capacitação da equipe e na melhoria contínua dos processos", afirma Giselle Scucato.

Sustentabilidade como compromisso empresarial

Além da eficiência operacional, a S&S apresenta a responsabilidade socioambiental como um dos pilares de sua estratégia. A empresa integra o Pacto Global das Nações Unidas, iniciativa que estimula organizações de diferentes setores a alinhar suas práticas a dez princípios universais relacionados aos direitos humanos, às relações de trabalho, ao meio ambiente e ao combate à corrupção.

A participação envolve o compromisso com práticas responsáveis e a prestação anual de informações sobre os avanços da organização nessa agenda. Para a S&S, a iniciativa representa uma referência para incorporar a sustentabilidade às decisões e à gestão empresarial.

Outro destaque está na conservação ambiental. Segundo informações divulgadas pela empresa, 47% de uma propriedade com 53 mil metros quadrados permanecem preservados, em uma iniciativa voltada à recuperação da biodiversidade e à neutralização de emissões de dióxido de carbono (CO_2).

A frota também passa por um processo contínuo de renovação, com o objetivo de melhorar a eficiência do transporte e reduzir a emissão de poluentes. A empresa aponta ainda a valorização dos profissionais, a geração de emprego e renda local e a responsabilidade nas relações comerciais como compromissos de sua atuação.

"Entendemos que o crescimento de uma empresa precisa caminhar junto com a responsabilidade pelo ambiente e pela sociedade. Nosso compromisso não se limita à prestação de serviços. Queremos contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde atuamos, valorizar as pessoas e adotar práticas que respeitem as próximas gerações", ressalta Giselle.

Olhar para o futuro

A experiência acumulada desde 2011 consolidou a S&S Transporte Expresso como uma empresa nascida no ambiente da mineração, mas preparada para atender às necessidades de diferentes segmentos. A diversificação dos serviços, a ampliação da cobertura geográfica e o aprimoramento da estrutura operacional integram uma estratégia de crescimento que busca preservar os valores que orientaram sua fundação.

Em um mercado no qual a eficiência logística exerce influência direta sobre a competitividade das empresas, a S&S aposta na combinação entre conhecimento do setor mineral, atendimento personalizado e responsabilidade socioambiental para fortalecer sua presença e construir novas oportunidades.

Para Robson Santos e Giselle Scucato, o desafio é continuar crescendo sem perder de vista os princípios que deram origem ao negócio: confiança, segurança, respeito às pessoas e compromisso com o futuro.

S&S Transporte Expresso

Rotas regulares em MG: Conceição do Mato Dentro • Belo Horizonte • Lagoa Santa • Serra do Cipó • Morro do Pilar • Dom Joaquim • Serro • Congonhas • Congonhas do Norte • Ouro Branco

Matriz: Rua Dr. José Chiab, 214, Barro Vermelho, Conceição do Mato Dentro/MG
Filial: Av. César Augusto Faria Simões, 109, Jardim Riacho das Pedras, Contagem/MG

Telefone/WhatsApp: (31) 3868-2042 · **E-mail:** sac@sslog.com.br · **Site:** sslog.com.br

MUNICÍPIOS

Itabira: Projeto de Ecodistrito Industrial avança com previsão de R$ 300 milhões em investimentos

Projeto amplia planejamento para 49 lotes em três etapas e integra estratégia de diversificação econômica do município diante do futuro da mineração



FOTO: DIVULGAÇÃO PMI

Prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage

Itabira avança no planejamento de uma nova frente de desenvolvimento econômico. O projeto do Ecodistrito Industrial, concebido para atrair empresas e ampliar a atividade industrial no município, passou por uma atualização e agora prevê 49 lotes distribuídos em três etapas de implantação. O investimento privado estimado é de R$ 300 milhões, com potencial de geração de aproximadamente 9 mil empregos quando o complexo estiver em plena operação.

Os números foram apresentados pelo prefeito Marco Antônio Lage, em entrevista ao Diário do Comércio, publicada em 9 de novembro. De acordo com o chefe do Executivo, a primeira fase do empreendimento deverá concentrar R$ 140 milhões em investimentos e tem previsão de conclusão em 2028. Nessa etapa, serão disponibilizados 19 terrenos, que somam 410 mil metros quadrados, com expectativa de criação de 3,7 mil postos de trabalho.

A área total disponível para o empreendimento chega a 3 milhões de metros quadrados. A nova configuração representa uma evolução em relação ao planejamento apresentado em 2025, quando o projeto previa 28 terrenos. Segundo o prefeito, a proposta passou por um processo de amadurecimento e detalhamento desde sua apresentação inicial.

Atração de novos negócios

A Prefeitura pretende direcionar a atração de investimentos para diferentes segmentos, com atenção especial às cadeias de minerais críticos e estratégicos. Também estão no horizonte empresas dos setores de alimentos, farmacêutico, medicina e logística, entre outras atividades industriais.

Em entrevista ao jornal, Marco Antônio Lage mencionou, inclusive, o interesse em atrair uma fábrica de ônibus elétricos para Itabira, mas ressaltou que se trata de uma possibilidade ainda especulativa. Até o momento da entrevista, o empreendimento não contava com protocolos ou contratos formalizados com empresas. A estratégia de prospecção deverá ganhar força a partir de 2027, com o início previsto da construção do condomínio industrial.

Um dos desafios para a implantação é a disponibilidade de água para atender à demanda das futuras indústrias. Segundo o prefeito, a conclusão do projeto da adutora do Rio Tanque, prevista para 2027, deverá ampliar a segurança hídrica do município e criar condições para o atendimento da atividade industrial. Outra alternativa em estudo é a destinação de uma estação de tratamento já existente, a ETA Gatos, localizada nas proximidades da área.

Com horizonte de planejamento de 30 anos, o Ecodistrito representa uma das apostas de Itabira para ampliar sua base produtiva, atrair investimentos e criar oportunidades para as próximas gerações. O desafio agora será transformar o planejamento em infraestrutura, negócios efetivamente instalados e empregos.



MUNICÍPIOS

Brumadinho leva à COP31 alerta sobre o futuro da mineração

Fundação Memorial apresentou carta com propostas de prevenção de tragédias, fiscalização e participação das comunidades nas decisões sobre novos projetos minerais



FOTO: DIVULGAÇÃO

Vanessa Vieira e Fabíola Moulin, da Fundação Memorial Brumadinho, na COP31

A experiência de Brumadinho após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em janeiro de 2019, ganhou espaço nas discussões internacionais sobre o futuro da mineração. Durante a COP31, realizada em Antália, na Turquia, a Fundação Memorial de Brumadinho apresentou a Carta de Brumadinho ao Futuro da Mineração no Brasil, documento que reúne propostas para fortalecer a segurança do setor e evitar novas tragédias.

A iniciativa ocorre em um momento de expansão do interesse mundial por minerais críticos e estratégicos, utilizados na fabricação de baterias, veículos elétricos, semicondutores e tecnologias associadas à transição energética. Para a Fundação, o avanço dessa indústria precisa caminhar junto com compromissos efetivos de proteção à vida, transparência e responsabilidade socioambiental.

Assinada pela diretora-presidente da instituição, Fabíola Moulin, a carta estabelece cinco diretrizes: prioridade à vida e à prevenção; incorporação dos aprendizados dos territórios atingidos à governança mineral; participação efetiva das comunidades; transparência, fiscalização e responsabilização; e valorização da memória e da educação pública como instrumentos de prevenção.

Entre as propostas está a criação de instâncias territoriais de acompanhamento, com representantes escolhidos pelas próprias comunidades, especialistas independentes e instituições públicas. Esses grupos poderiam monitorar compromissos de segurança, avaliar informações sobre riscos e encaminhar recomendações aos órgãos responsáveis.

A Fundação também defende a divulgação periódica de indicadores de prevenção e do cumprimento das obrigações socioambientais. A proposta é assegurar que as populações próximas aos empreendimentos tenham acesso às informações e influência real nas decisões que afetam seus territórios.

Na COP31, a entidade também promoveu articulações com representantes do governo federal. Em reunião com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, apresentou a carta e obteve o compromisso de diálogo sobre a participação da sociedade civil nas discussões de um comitê voltado a terras raras e processos industriais.

POLÍTICA MINERAL

Brasil define lista de minerais críticos e estratégicos e estabelece prioridades para o setor

Nova política mineral classifica 27 substâncias em três níveis de prioridade e cria instrumentos para estimular investimentos, reduzir a dependência externa e ampliar a industrialização no país

O Brasil deu um passo importante para organizar sua política mineral com a aprovação da primeira lista nacional de minerais críticos e estratégicos. Em 5 de novembro, o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE) definiu 27 substâncias que terão prioridade nas ações governamentais de incentivo, financiamento e desenvolvimento da cadeia produtiva.

A medida integra a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), instituída pela Lei nº 15.506, de 16 de setembro de 2026. O objetivo é fortalecer a produção nacional, reduzir vulnerabilidades no abastecimento e estimular o beneficiamento e a transformação mineral em território brasileiro, evitando que o país permaneça concentrado na exportação de matérias-primas com baixo valor agregado.

A classificação foi dividida em três níveis. Na Classe I, de prioridade alta, estão terras raras, grafita, lítio, níquel, cobalto, cobre, manganês, silício e urânio. A Classe II, de prioridade média, reúne tungstênio, cromo, vanádio, tântalo, titânio, fosfato, potássio e enxofre. Já a Classe III, de prioridade baixa, inclui nióbio, estanho, ferro, zinco, ouro, magnésio, molibdênio, tório, alumínio e o grupo da platina.

Para estabelecer os níveis, o conselho considerou cinco fatores: risco geopolítico, concentração mundial da oferta, possibilidade de substituição do mineral, posição do Brasil na cadeia produtiva e dependência de fornecedores externos. A lista poderá ser atualizada conforme mudanças no mercado, na tecnologia e nas condições de abastecimento.

A nova política também prevê mecanismos de financiamento e compartilhamento de riscos, além de incentivos à pesquisa, à mineração, ao beneficiamento e à industrialização. O enquadramento na lista é requisito para acesso aos instrumentos de fomento, desde que os empreendimentos atendam às demais exigências legais.

A iniciativa ganha importância diante da disputa internacional por matérias-primas essenciais à fabricação de baterias, veículos elétricos, equipamentos eletrônicos, painéis solares e tecnologias de defesa. Para o Brasil, que possui reservas expressivas de diversos desses recursos, o desafio vai além de ampliar a extração: está em transformar potencial geológico em capacidade industrial, inovação, empregos qualificados e desenvolvimento regional.

INFOGRÁFICO

Os 27 minerais críticos e estratégicos

9 CLASSE I
prioridade alta

Terras raras, grafita, lítio, níquel, cobalto, cobre, manganês, silício e urânio



8 CLASSE II
prioridade média

Tungstênio, cromo, vanádio, tântalo, titânio, fosfato, potássio e enxofre

10 CLASSE III
prioridade baixa

Nióbio, estanho, ferro, zinco, ouro, magnésio, molibdênio, tório, alumínio e grupo da platina

FONTE: CIMCE

TERRAS RARAS

BNDES avalia financiamento bilionário para projeto de terras raras no Sul de Minas

Empreendimento da Meteoric Resources prevê investimento de US$ 498 milhões e pode ampliar a participação brasileira na cadeia global de minerais estratégicos



FOTO: DIVULGAÇÃO

Área do Projeto Caldeira, da Meteoric Resources, em Caldas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avança nas conversas para apoiar financeiramente o Projeto Caldeira, empreendimento de terras raras da australiana Meteoric Resources, previsto para o município de Caldas, no Sul de Minas Gerais. As tratativas envolvem a possibilidade de concessão de crédito, participação societária minoritária por meio da BNDESPar e apoio à estruturação da infraestrutura necessária à operação.

Em novembro, uma comitiva de 15 profissionais do banco visitou a planta-piloto da companhia, em Poços de Caldas, e participou de reuniões sobre os aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais do empreendimento. A agenda permitiu conhecer os avanços tecnológicos da empresa e aprofundar as discussões sobre alternativas de financiamento. Segundo a Meteoric, o relacionamento com o BNDES começou há aproximadamente três anos.

O projeto tem investimento estimado em US$ 498,4 milhões, cerca de R$ 2,6 bilhões, conforme estudo definitivo de viabilidade divulgado pela empresa em julho de 2026. A previsão é produzir, em média, 12,5 mil toneladas anuais de óxidos de terras raras, durante uma vida útil inicial de 24 anos.

Um dos principais diferenciais do Caldeira é a proposta de desenvolver no Brasil etapas de processamento e separação dos elementos, agregando valor à produção mineral. A iniciativa ganha relevância diante da concentração mundial dessa cadeia produtiva na China e da crescente demanda por matérias-primas utilizadas em veículos elétricos, turbinas eólicas, equipamentos eletrônicos e tecnologias de defesa.

O cenário também mudou com a aquisição da Meteoric pela australiana Lynas Rare Earths, em uma operação avaliada em aproximadamente R$ 3,5 bilhões. A entrada de um grupo com experiência internacional no setor pode fortalecer a estrutura financeira e operacional do empreendimento.

MINERAÇÃO



IMAGEM ILUSTRATIVA GERADA POR IA

Frete marítimo dispara e pressiona mineração em Minas Gerais

Alta dos custos para transportar minério até a China reduz margens das empresas, provoca cortes de produção e acende alerta sobre empregos, fornecedores e arrecadação nos municípios mineradores

O aumento expressivo do frete marítimo para o transporte de minério de ferro começa a produzir efeitos concretos sobre a atividade mineral brasileira. Em 2026, os custos de embarque na rota entre Brasil e China mais que dobraram em relação ao ano anterior, pressionando a rentabilidade das mineradoras e levando algumas empresas a rever planos de produção. O impacto já aparece em operações de Minas Gerais, com reflexos potenciais sobre a economia de municípios cuja atividade depende diretamente da mineração.

Um levantamento publicado pela Bloomberg, em setembro, apontou que o transporte de uma tonelada de minério entre o porto de Tubarão (ES) e Qingdao, na China, alcançou US$ 42,12 em 14 de setembro. O valor estava próximo dos maiores patamares desde 2021. Segundo análise do Goldman Sachs, os fretes nas rotas Brasil-China e Austrália-China superaram em mais de duas vezes a média dos últimos dez anos.

A distância geográfica coloca os produtores brasileiros em desvantagem diante dos concorrentes australianos. Enquanto o transporte entre Brasil e China custa aproximadamente US$ 40 por tonelada, a rota australiana fica próxima de US$ 20. A pressão também decorre de fatores internacionais, como o encarecimento dos combustíveis marítimos, os conflitos no Oriente Médio, problemas climáticos e a menor disponibilidade de navios de grande porte.

Produção e empregos sob pressão

Em Minas Gerais, os efeitos já alcançam empresas do Quadrilátero Ferrífero. A CSN Mineração anunciou, em setembro, a redução temporária das atividades de beneficiamento de minério de menor qualidade no complexo de Pires, em Ouro Preto. A companhia também revisou sua projeção de produção para 2026, de 45 milhões a 47 milhões de toneladas para 39 milhões a 41 milhões. A decisão considerou a pressão dos custos de frete sobre as margens da operação.

A Mineração Usiminas suspendeu as atividades da planta de Samambaia, enquanto a Itaminas anunciou a interrupção de uma unidade de beneficiamento e a concessão de licença a aproximadamente um terço de seus trabalhadores. A empresa, que exporta cerca de 90% da produção, apontou a combinação entre frete elevado e queda do preço do minério como fatores de pressão sobre seus resultados.

Os efeitos dessas decisões ultrapassam os limites das minas. Em cidades mineradoras, a redução da atividade pode atingir trabalhadores, empresas terceirizadas, transportadores, prestadores de serviços, comércio e outros segmentos que integram a cadeia econômica da mineração. Também merece atenção a possível repercussão sobre a arrecadação municipal, especialmente quando eventuais cortes de produção e vendas reduzem a movimentação econômica e a receita vinculada à atividade mineral.

Um desafio para a competitividade brasileira

O cenário também exige atenção porque o aumento do frete ocorre em um momento de enfraquecimento dos preços internacionais do minério de ferro e de demanda menos aquecida na China. Em setembro, as exportações brasileiras do produto recuaram 20,5% em valor na comparação com o mesmo mês de 2025, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), divulgados pela CNN Brasil.

Embora grandes mineradoras tenham maior capacidade de proteção por meio de contratos de transporte de longo prazo e estruturas logísticas próprias, produtores independentes ficam mais expostos às oscilações do mercado. A combinação entre custos logísticos elevados e preços menos favoráveis pode tornar determinadas operações economicamente inviáveis.


ESPAÇO AYRES
Um espaço completo para pequenos ou grandes encontros.
Grande estrutura com chopp direto da fábrica
SUA FESTA DE FIM DE ANO PODE SER
AQUI
OU
AQUI
CHOPP DELIVERY
Barris de 30 ou 50l com a chopeira instalada na sua casa.
Todos os nossos estilos frescos e com a qualidade que seus convidados merecem.
ayres
Reservas e visitas: (31) 9 8584-4340
ayres
cervejaria artesanal